

PREÂMBULO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 344/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025

CRITÉRIO: MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE

REGIDO PELA LEI Nº 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/2006, PELA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000, PELA 087/2024 E PORTARIA 103/2023 DO CIS-URG OESTE.

OBJETO: “AQUISIÇÃO DE BOTA SAMU, UNIFORME/EPI ASSISTÊNCIA SAMU, INDISPENSÁVEL PARA GARANTIR A SEGURANÇA, CONFORTO E QUALIDADE NO SERVIÇO DE USO OBRIGATÓRIO DOS FUNCIONÁRIOS”.

INTERESSADO: Setor Assistência e Almojarifado do CIS-URG OESTE.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 11 DE JUNHO DE 2025

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: até as 09h00min de 11/06/2025 na PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br

INÍCIO DA SESSÃO: 09h00m

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:

PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br.

PREGOEIRA: GRACIELLE ELISA MARTINS, NOMEADA PELA PORTARIA Nº 014/2025 de 19/02/2025 do CIS-URG OESTE.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE

MODO DE DISPUTA: ABERTA

ESCLARECIMENTOS:

Pela plataforma de licitações sobre este Pregão: www.licitardigital.com.br (preferencialmente) ou;

Telefones: (37) 3690 3239 ou (37) 3690 3240, Horário de atendimento: 08h00min. às 11h00min e das 13h30min às 16h00 de segunda a sexta ou;

Email: licitacao@cisurg.oeste.mg.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 344/2025
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE

1- INTRODUÇÃO

1.1 - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO AMPLIADA OESTE PARA GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – CIS-URG OESTE, realizará a Licitação na Modalidade **Pregão Eletrônico**, em sessão pública a ser realizada na Plataforma de Licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br), conforme especificado no **ANEXO I** deste edital.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos pela Sra. **GRACIELLE ELISA MARTINS**, Pregoeira do CIS-URG OESTE e pela sua equipe de Apoio, designados pela **Portaria nº 014/2025**, anexada aos autos do procedimento, o qual é regido pela **Lei Federal nº 14.133/2021 e Portaria nº 103/2023** do CIS-URG OESTE e demais normas pertinentes e condições estabelecidas pelo presente Edital.

1.3 - O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site do CIS-URG OESTE, através do endereço eletrônico www.cisurg.oeste.mg.gov.br, site do PNCP do Governo Federal, na Plataforma de Licitações Licitar Digital, através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br, por solicitação ao e-mail licitacao@cisurg.oeste.mg.gov.br ou na sede do CIS-URG OESTE Praça Pedro Xisto Gontijo, nº 550 – Centro, Divinópolis/MG, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

1.4 - Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultado pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br, bem como, no site do CIS-URG OESTE, www.cisurg.oeste.mg.gov.br.

1.5 - A Administração não se responsabilizará caso o pretense licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos avisos publicados.

2- OBJETO

2.1 - Constitui objeto da presente licitação: **“AQUISIÇÃO DE BOTA SAMU, UNIFORME/EPI ASSISTÊNCIA SAMU, INDISPENSÁVEL PARA GARANTIR A SEGURANÇA, CONFORTO E QUALIDADE NO SERVIÇO DE USO OBRIGATÓRIO DOS FUNCIONÁRIOS”**, conforme especificações anexadas neste edital.

3- CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus Anexos.

3.2 - Não poderá participar do presente certame:

3.2.1 - Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o CIS-URG OESTE, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.2 - Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.2.3 - Empresa impedida de licitar e contratar com o CIS-URG OESTE, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.4 - Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, §

8º, V, da Lei n.º 9.605/1998;

3.2.5 - Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;

3.2.6 - Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.133/2021;

3.2.6.1 - Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.2.7 - Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

3.2.8 - Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

3.2.10 - Empresa que se encontre em processo de dissolução ou falência;

3.2.10 - Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.2.11 - Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.3 - Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o qual poderá ser realizado em www.licitardigital.com.br.

3.4 - A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

3.5 - Não será permitida a participação de pessoas físicas neste pregão.

4 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site www.licitardigital.com.br, no local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo à PREGOEIRA e ao Agente de Contratação decidir sobre a petição no prazo de **03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.**

4.1.1 - Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.

4.2 - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o **terceiro dia útil** que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.3 - A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

4.4 - As principais comunicações referentes ao certame serão realizadas por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (<https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>) exceção de comunicações relativas a pedidos de esclarecimentos e a impugnações ao edital, as quais serão feitas apenas por divulgação no site oficial do **CIS-URG OESTE**.

4.4.1 - As dúvidas relativas à especificação do objeto poderão ser esclarecidas pela Plataforma de Licitações **LICITAR DIGITAL** – www.licitardigital.com.br, sendo que as respostas serão disponibilizadas na plataforma e/ou no site oficial do CIS-URG OESTE, link "licitações"), ficando acessíveis a todos os interessados;

4.5 - Se acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

5 - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

5.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

5.2 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).

5.3 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao CIS-URG OESTE, ao provedor do sistema, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

5.4 - O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.5 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

5.6 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.7 - COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

() Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

() Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

() Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

() Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

() Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

() Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

() Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na

condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

() Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

() Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, observado também o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei Federal n. 14.133/2021.

() Sim, ME () Sim, EPP () Não, outros enquadramentos

5.8 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (Plataforma de Licitações **LICITAR DIGITAL** – www.licitardigital.com.br), concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

6.3 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.6 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8 - Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pela pregoeira, de no máximo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

6.9 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.9.1 - Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação da pregoeira, via sistema.

6.10 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o

licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.11 - Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.12 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

6.13 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1 - Valor unitário e total do item/lote;

7.1.2 - Marca dos produtos ofertados.

7.1.3 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

7.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

7.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

7.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5 - O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7.7 - No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

7.8 - Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO poderão ser anexados no sistema juntamente com a proposta, previamente à abertura da sessão pública.

8 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os licitantes poderão encaminhar os documentos, nos termos deste Edital, juntamente com a **Proposta, Documentação de Habilitação, ANTES DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**, a seguir:

8.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, para as sociedades empresárias, devidamente registrado e atualizado e, no caso de sociedade por ações, fazendo-se acompanhar dos documentos de eleição de seus administradores;

8.1.3 - Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;

8.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão

competente, quando a atividade assim o exigir.

8.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

8.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

8.2.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

8.2.3 - Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

8.2.4 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, Cartão de Inscrição Estadual, (se houver);

8.2.5 - Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

8.2.6 - Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

8.2.7 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

8.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.3.1 - Certidão Negativa de feitos sobre falência expedida pelo cartório do distribuidor do estabelecimento principal (sede) da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data limite para a sua apresentação.

8.3.2 Comprovação da situação financeira da licitante desde que fique evidenciado, através dos demonstrativos ofertados, relativos ao balanço apresentado, o atendimento dos seguintes índices:

a - Liquidez Geral: $[(AC+RLP) : (PC + ELP)]$ maior ou igual a 1,0

b - Liquidez Corrente: $AC : PC$ maior ou igual a 1,0

c - Grau de Endividamento: $(PC + ELP) : (AT)$ menor que 0,90

Onde:

AC Ativo Circulante

PC Passivo Circulante

RLP Realizável a Longo Prazo

ELP Exigível a Longo Prazo

AT Ativo Total

8.3.3 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, apresentados na formada lei, assinado por profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida, quando aquelas peças de escrituração contábil estiverem encerradas há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, a atualização pelo ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou por outro indicador que o venha a substituir;

8.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 - Apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove haver fornecido, a contento, sem restrições e com qualidade, produtos compatíveis, em características, quantidade e prazos.

8.4.2 – Apresentar o registro do produto nacional ou importado concedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA a cada produto cotado, impresso através do endereço eletrônico da ANVISA, em original ou cópia legível, assinada e autenticada da publicação no Diário Oficial da União (se equipamentos médicos).

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Nota 03 – Será aplicado no presente edital o entendimento adotado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), no Acórdão nº 1211/2021:

“Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro”.

9 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

9.2 - A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.

9.3 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.4 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.6 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.7 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.8 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.

9.9 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.10 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior àquele já registrado pelo sistema.

9.11 - Não haverá intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

9.12 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.13 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será

prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.14 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.15 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.16 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Pregoeira, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.17 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela Pregoeira.

9.18 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.19 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.20 - No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.21 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.22 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.23 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pela Portaria nº 103/2023 do CIS-URG OESTE.

9.24 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou do melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.25 - A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.26 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.27 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.28 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.29 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/21, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços.

9.29.1 - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.29.2 - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.29.3 - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.29.4 - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital da licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.29.5 - Empresas brasileiras;

9.29.6 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.29.7 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.30 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada por sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.31 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.32 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.33 – Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto quando se tratar de mais de um item por lote a Pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.34 - Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 - Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art.24 e no art. 25 da Portaria 103/2023 do CIS-URG OESTE.

10.2 - O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

10.3 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.4 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.5 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.6 - A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.7 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

10.8 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.9 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.9.1 - Se tratando de Lote, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.

10.10 - Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.11 - A Pregoeira deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.12 - Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.13 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “chat”.

11 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1 - Para julgamento, será adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE, observado o valor máximo aceitável, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

11.2 - A Pregoeira anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor / maior vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela Pregoeira acerca da aceitação do lance de menor valor / mais vantajoso.

11.3 - Se a proposta de menor valor / maior vantajosidade não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a pregoeira poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do

proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

11.4 - No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

11.5 -. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

11.6 - Serão rejeitadas as propostas que:

11.6.1 - Sejam incompletas, isto é, não conterem informações suficientes que permitam a perfeita identificação do material licitado;

11.6.2 - Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexecutáveis, por decisão da Pregoeira.

11.7. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a aquisição do bem.

11.7.1. Da sessão, será gerada ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

11.8. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e contratado o objeto da licitação pela autoridade competente.

11.9. Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

12 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

12.1. A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico.

12.1.1. Quando houver mais de um item por lote, o sistema fará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excepcionalmente, quando não for possível matematicamente a divisão dos valores de forma proporcional, deverá o fornecedor atualizar sua proposta no **prazo máximo de 02 (duas) horas**, ou, em outro prazo determinado pela Pregoeira.

12.1.2. A Pregoeira poderá também solicitar a atualização de proposta manual diretamente no sistema para que o fornecedor faça o preenchimento dos valores dos itens dos lotes livremente caso entenda necessário.

12.2. Deverá, contudo, o licitante vencedor, encaminhar por e-mail licitacao@cisurg.oeste.mg.gov.br, a indicação do banco, número da conta e agência, para fins de pagamento, isso no prazo de 24 (vinte e quatro horas);

12.3. A Pregoeira declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo, durante a sessão pública, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, para ser registrada em campo próprio no sistema.

13 - DO RECURSO

13.1 - A Pregoeira declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo (30) trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando a Pregoeira autorizada a adjudicar o objeto à LICITANTE VENCEDORA.

13.3 - Havendo quem se manifeste, caberá à Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.3.1 - Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.3.2. A falta de apresentação das razões de recurso, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.

13.4 - A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, enviando as razões, no prazo de 03 (três) dias úteis, exclusivamente, pela Plataforma de Licitações **LICITAR DIGITAL** – www.licitardigital.com.br, podendo, no entanto, copiar para o email, licitacao@cisurg.oeste.mg.gov.br, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também, exclusivamente, pela Plataforma de Licitações **LICITAR DIGITAL** – www.licitardigital.com.br, também, podendo, no entanto, copiar para o email, licitacao@cisurg.oeste.mg.gov.br, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.5 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente superior, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15 - DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

15.1 - Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via site do CIS-URG OESTE, sistema eletrônico e e-mail a assinar a Contrato, que obedecerá ao modelo anexo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor de Licitações e Compras, sob pena de decair do direito à contratação.

15.2 - O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente de não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.

15.3 - Caso a licitante vencedora não atenda ao prazo previsto no item 15.1, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item sanções administrativas deste instrumento, reservando-se o CONTRATANTE, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste instrumento.

15.4 - O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21.

15.5. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16 - DO PRAZO PARA VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1 - O contrato decorrente deste edital possuirá prazo e regras conforme especificado na

minuta contratual.

16.2 - Se a empresa vencedora deixar de executar o serviço dentro das especificações estabelecidas será responsável pela imediata substituição ou regularização do produto rejeitado e o tempo despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

16.3 - O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua celebração, podendo ser prorrogado, por conveniência e autorização da Administração, por idêntico período até o limite de 5 (cinco) anos, conforme estipulação da Lei 14.133/21.

16.4. Em caso de prorrogação, deverá conter obrigatoriamente no contrato, cláusula que estabeleça o índice de reajuste do preço (IPCA acumulado do período), como determina o §3º do artigo 92 da Lei 14.133/21.

17 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

17.1.1 - E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato de serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o CONTRATANTE, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

17.1.2 - Telefone institucional: É dever empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato de serviço, telefone institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar contatos com o CONTRATANTE.

17.2 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto do contrato, independentemente da exercida pelo CIS-URG OESTE.

17.3 - Responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas, tais como: salários, alimentação, transportes, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciárias e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas aos empregados no desempenho do fornecimento, objeto da licitação, ficando ainda o CIS-URG OESTE, isento de qualquer vínculo empregatício com esses trabalhadores.

17.4 - Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

18 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

18.1 - Informar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento dos produtos, diligenciando nos casos que exigirem providências corretivas.

18.2 - Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar, na Nota Fiscal de Serviços/Fatura, o efetivo fornecimento do produto, por meio de empregados públicos designados pela Secretaria Executiva do CIS-URG OESTE.

18.3 - Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do contrato a ser firmado.

18.4 - Permitir o acesso dos empregados da Contratada nas dependências da Contratante, quando necessário, para execução dos serviços.

18.5 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, necessários à execução do Contrato.

18.6 - Providenciar os pagamentos à contratada à vista das Notas Fiscais ou Faturas e demais documentos necessários, devidamente atestados, nos prazos pré-fixados.

18.7 - Documentar as ocorrências havidas relacionadas à execução dos serviços;

18.8 - O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 e

Art. 15 da Lei nº 14.133/21 e as especificadas no Edital.

19 - DA FISCALIZAÇÃO

19.1 - A Fiscalização e Gestão do contrato e do cumprimento do objeto contratado são de competência de empregados públicos efetivos designados pela Autoridade Competente, nos termos do artigo 117 da Lei n.º 14.133/2021, o qual será o responsável por receber, conferir e atestar nota fiscal/documento de cobrança e assinar e liquidar as despesas oriundas deste processo;

19.2 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material/serviços inadequados ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei n.º 14.133/2021;

19.3 - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

19.3.1 - A fiscalização do contrato será de responsabilidade conforme indicado no Anexo I - Termo de Referência.

19.4 - DO GESTOR DO CONTRATO

19.4.1 - A gestão do contrato será de responsabilidade do empregado conforme indicado no Anexo I - Termo de Referência.

20 - DO PAGAMENTO

20.1 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da Licitante CONTRATADA, por ordem bancária, ou boleto, em até 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação, cumpridos os requisitos;

20.2 - Apresentação de Nota Fiscal/Fatura acompanhada da HABILITAÇÃO FISCAL;

20.2.1 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

20.2.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede do licitante;

20.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante;

20.2.4 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

20.2.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da certidão negativa, ou positiva com efeito negativo, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho;

20.2.6 - Na Nota Fiscal/Fatura deverá informar o Número do Empenho a ser fornecido pelo Setor de Compras do CIS-URG OESTE.

20.2.7 - A Nota Fiscal/Fatura eletrônica, junto com boleto, quando o pagamento for esta via, devem ser enviada para o email: compras@cisurg.oeste.mg.gov.br.

20.3. Dados para faturamento:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO AMPLIADA OESTE PARA
GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – CIS-URG OESTE

CNPJ: 20.059.618/0002-34

INSCR. ESTADUAL: ISENTO

PRAÇA PEDRO XISTO GONTIJO, Nº. 550, CENTRO

CEP 35.500-049 - DIVINÓPOLIS - MG

20.4. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante do CIS-URG OESTE e o pagamento ficará

pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CIS-URG OESTE;

20.5. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

20.6. A não realização do pagamento no prazo estipulado, implicará ao CIS-URG OESTE o pagamento de encargos, calculados com base IPCA/IBGE, *pro rata die*, entre a data do efetivo pagamento e a data em que era devido, sobre o valor do débito;

20.7. OS PAGAMENTOS AOS FORNECEDORES SERÃO FEITOS DAS SEGUINTE FORMAS:

20.7.1 - Através de:

Boleto Bancário ou;

TEV – Transferência Eletrônica de Valores entre contas de um mesmo banco mesmo que as agências sejam diferentes. No caso concreto, para que o CIS-URG OESTE possa realizar a TEV é necessário que a CONTRATADA tenha conta no Banco do Brasil ou;

Outros Tipos de Transferência Bancária. Caso a CONTRATADA opte por esta forma de pagamento, as despesas com tarifas bancárias serão de sua inteira responsabilidade.

21 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

21.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das dotações informadas no Anexo I - Termo de Referência.

22 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

- a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o CIS-URG OESTE, na prestação do serviço, ainda que inicial intermediário ou de substituição/reposição.
- b) Multa de até 10% do total do contrato/autorização de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- c) Multa de até 10% do total do contrato/autorização de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.
- d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/autorização de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- e) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/autorização de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- f) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21;

22.2. As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.

22.3. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

22.4. EXTENSÕES DAS PENALIDADES

22.4.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o CONTRATANTE poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

22.4.1.1. Retardarem a execução do prego;

22.4.1.2. Demonstrar em não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

22.4.1.3. Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

23 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

23.1 - O Objeto contratado terá vigência por um ano da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo conforme art. 105 e segs., da Lei Federal nº 14.133/21 e suas sucessivas alterações posteriores.

24 - DA AMPLIAÇÃO E /OU REDUÇÃO

24.1. É permitido o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

25- DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 - Homologada a licitação o CONTRATADO receberá Autorização de Fornecimento (AF) ou instrumento equivalente pelo setor de compras

25.2 - Caso o Adjudicatário não preste o serviço ou forneça os bens, objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada à ordem de classificação, para execução do serviço ou fornecimento do material.

25.3 - É facultado à Pregoeira ou a **Autoridade Competente**, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

25.4 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos serviços, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

25.5 - Uma vez convocado, a recusa injustificada do contratado em entregar o produto, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

25.6 - Na hipótese acima referida será convocado novo contratado, observada a ordem de classificação nesta licitação.

25.7 - Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei 14.133/21, nos artigos 137 a 139.

25.8 - A AUTORIDADE COMPETENTE poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelecido no art. 125.

25.9 - Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

25.10 - A contratação dos itens requisitados para cada evento deverá ser precedida da requisição específica não ficando necessariamente obrigado o CONTRATANTE a contratar todos os itens constantes no contrato, devendo o mesmo ser fornecido de forma fracionada ao mesmo.

25.11 - É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente o fornecimento sem autorização expressa da Administração.

25.12 - A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

25.13 - A PREGOEIRA, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

25.14 - É vedado ao fornecedor retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

25.15 - Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pela Pregoeira e Agente de Contratação de forma exclusiva pela plataforma de licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).

25.16 - Integram o Presente Edital:

25.16.1 - Anexo I – Termo de Referência;

25.16.2 - Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;

25.16.3 - Anexo III – Minuta do Termo de Contrato de Fornecimento

25.17 - Interessados poderão adquirir cópia do Edital via download do arquivo através do site do CIS-URG OESTE, no PNCP ou Portal Eletrônico <http://www.licitardigital.com.br>.

25.18 - O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

25.19 - No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

25.20 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.21 - Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, conforme faculta o Art. 59, § 2º c/c art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

25.22 - É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e no Código Penal Brasileiro.

25.23 - O CONTRATANTE reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento das propostas e/ou sessão de lances, desqualificar qualquer licitante ou desclassificar qualquer proposta, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

25.24 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.25 - O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato.

25.26 - Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto ao Agente de Contratação e Coordenação de Compras e Licitações, nos dias úteis, das 8h às 11h e das 14h às 16h ou pelos telefones (37) 3690 3239, (37) 3690 3240 e e-mail: licitacao@cisurg.oeste.mg.gov.br. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do Portal do CIS-URG OESTE <https://cisurg.oeste.mg.gov.br/> ou <http://www.licitardigital.com.br>.

Divinópolis/MG, 23 de Maio 2025.

GRACIELLE ELISA
MARTINS:045050
09696

Assinado de forma digital
por GRACIELLE ELISA
MARTINS:04505009696
Dados: 2025.05.30
11:49:16 -0300

Gracielle Elisa Martins
Pregoeira

JOSE MARCIO
ZANARDI:96443
669720

Assinado de forma digital
por JOSE MARCIO
ZANARDI:96443669720
Dados: 2025.05.30 14:18:59
-0300

José Marcio Zanardi
Secretário Executivo

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 344/2025
Anexo I

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

OBJETO: “AQUISIÇÃO DE BOTA SAMU, UNIFORME/EPI ASSISTÊNCIA SAMU, INDISPENSÁVEL PARA GARANTIR A SEGURANÇA, CONFORTO E QUALIDADE NO SERVIÇO DE USO OBRIGATÓRIO DOS FUNCIONÁRIOS”.

1. Das especificações do objeto:

O objeto Bota, é destinado ao uso dos empregados do CIS-URG OESTE compondo todo o uniforme dos colaboradores da assistência, visando melhor condição de trabalho evitando acidentes e garantindo o bem-estar e proteção dos colaboradores.

Lote	Item	Código Cis-Urg	Descrição dos Itens	Par	Qtde	Unitário Médio R\$	Total R\$
1	1	1840	BOTA SAMU nº 34	Par	10	R\$ 406,00	R\$ 4.060,00
1	2	1841	BOTA SAMU nº 35	Par	30	R\$ 406,00	R\$ 12.180,00
1	3	1842	BOTA SAMU nº 36	Par	45	R\$ 406,00	R\$ 18.270,00
1	4	1843	BOTA SAMU nº 37	Par	80	R\$ 406,00	R\$ 32.480,00
1	5	1844	BOTA SAMU nº 38	Par	80	R\$ 406,00	R\$ 32.480,00
1	6	1845	BOTA SAMU nº 39	Par	80	R\$ 406,00	R\$ 32.480,00
1	7	1846	BOTA SAMU nº 40	Par	90	R\$ 406,00	R\$ 36.540,00
1	8	1847	BOTA SAMU nº 41	Par	100	R\$ 406,00	R\$ 40.600,00
1	9	1848	BOTA SAMU nº 42	Par	100	R\$ 406,00	R\$ 40.600,00
1	10	1849	BOTA SAMU nº 43	Par	90	R\$ 406,00	R\$ 36.540,00
1	11	1850	BOTA SAMU nº 44	Par	10	R\$ 406,00	R\$ 4.060,00
1	12	1851	BOTA SAMU nº 45	Par	10	R\$ 406,00	R\$ 4.060,00
1	13	1852	BOTA SAMU nº 46	Par	04	R\$ 406,00	R\$ 1.624,00
1	14	1853	BOTA SAMU nº 47	Par	04	R\$ 406,00	R\$ 1.624,00
1	15	9665	BOTA SAMU nº 48	Par	02	R\$ 406,00	R\$ 812,00
1	16	9666	BOTA SAMU nº 49	Par	02	R\$ 406,00	R\$ 812,00
1	17	9667	BOTA SAMU nº 50	Par	02	R\$ 406,00	R\$ 812,00
TOTAL				UND	739	R\$406,00	R\$300.034,00

1.1 - DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS

1.2 – BOTAS SAMU CANO LONGO

A. DESCRIÇÃO TÉCNICA

Bota Cano Longo, constituída em couro hidrofugado, acolchoados na parte dianteira e traseira em couro napa vacun, fole lateral em couro napa vacun, dispositivo frontal de proteção para tibia em borracha, refletivos de segurança, dispositivo de proteção no couro e artelhos em borracha, forração em tecido poliéster poliamida com membrana impermeável, zíper lateral impermeável, linhas de costura em poliamida, palmilha de montagem em couro dublada com EVA, biqueira e contraforte termoplástico, palmilha de conforto anatômica e solado de borracha multifuncional, resistente a altas temperaturas (a 300º) e resistente a óleos combustível.

B. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - Especificações técnicas e parâmetros de construção.

B.1. CABEDAL: Confeccionado em couro bovino hidrofugado com acabamento liso e com proteção, resistente ao rasgamento de no mínimo 230N. A gáspea deve ser inteira para maior resistência e com dispositivo de proteção em borracha, taloneira, peça frontal de couro para fixação do dispositivo de proteção em borracha para a tibia contra impactos, zíper lateral impermeável, refletivos de segurança, parte dianteira externa em couro napa vacun, parte superior traseira externa em couro napa vacun, forração da gaspea em tecido com resistência ao rasgamento de no mínimo 40N, fole interno em couro napa vacun. Acabamento em couro com aparência final brilhosa, na cor preta. Linha para a costura dos componentes com base 100% poliamida, número 30 e 40, e sistema e torção simples e dupla, para melhor ajuste do ponto e durabilidade das costuras.

B.2. BIQUEIRA E CONTRAFORTE: Biqueira em material termoplástico de alta resistência, durabilidade, conformada a quente e frio, para que não deforma a parte frontal do calçado. Não serão aceitas biqueiras metálicas e nem de polipropileno. Contraforte confeccionado em material termoplástico de alta durabilidade e resistência, constituído por uma lâmina de resina polimérica, contendo adesivos granulados ativados por calor e pressão, reforçada por uma tela de poliéster, com espessura de 1,8 milímetros para diminuir a possibilidade de torção do calcanhar, revestida internamente, em não tecido microfibras, resistente a abrasão e fricção

B.3. PARTE DIANTEIRA MEDIANA: em nove gomos e oito costuras, em couro tipo napa vacun anti chama, resistente a rasgo.

B.4. DISPOSITIVO DE BORRACHA – PROTEÇÃO DA GASPEA-ARTELOS INFERIORES E TIBIA: em borracha com geometria tridimensional, com funções de proteção, quanto ao desgaste do couro e pequenos impactos sobre os artelhos.

B.5. DISPOSITIVO DE BORRACHA – PROTEÇÃO PARA TIBIA: borracha com geometria tridimensional, com funções de proteção, quanto ao desgaste do couro e pequenos impactos, fixado pelo lado externo. Na parte interna, o couro devera possuir em sua parte frontal, uma proteção interna em policarbonato moldado, com espessura de 1.5 mm.

B.6. PARTE SUPERIOR TRASEIRA: em quatro gomos e três costuras, com a seguinte disposição: espuma de poliuretano com 10 mm D-90, revestida externamente em tecido de alto desempenho, resistente a rasgo, confeccionado em couro napa vacun na cor preta.

B.7. FORRAÇÃO INTERNA MICROFILAMENTOS: Forração interna tridimensional construída com membrana feita de poliéster com canais hidrofílicos não porosos, com membrana extremamente elástica (>300%) especialmente adequada para uso em calçados impermeáveis e, ao mesmo tempo, permeável ao vapor de água (respirável). A estrutura molecular da membrana especial de poliéster tem um efeito condutor ao vapor de água, portanto, o vapor de água compacto pode penetrar na membrana e se mover ao longo das cadeias moleculares até a saída na parte externa do calçado. Estrutura base do forro em manta de fibra 100% PES que facilita a absorção de umidade e liberação de calor por célula aberta sem retenção. Acabamento com tecido poliéster poliamida com tratamento antimicrobiano e bactericida e membrana. A bota deve possuir no lado interno da lingüeta uma etiqueta de identificação, aplicada através de costura,

contendo a numeração do produto, como deve ser conservado e utilizado, além da marca do produto ofertado.

B.8. FOLE INTERNO: com formato triangular com base invertida, em couro tipo napa vacun, na cor preta e forro interno no tecido em microfiosamentos de poliéster e poliamida para melhor gerenciamento da transpiração interna.

B.9. PORTA OBJETO E PERSONALIZAÇÃO: Em couro hidrofugado na cor preta, localizado na parte lateral externa da bota, nos dois pés, acoplada de forma sobposta ao couro do cano, fixada através de costura dupla. O porta-objeto em couro hidrofugado deverá ser forrado em couro napa vacun. *A personalização da logomarca SAMU 192 em material termoplástico, com relevos tridimensionais, será fixado através de sobreposição e costura no porta-objeto de maneira que o mesmo não possa ser retirado sem danificar o couro.*

B.10. PALMILHA DE MONTAGEM: Palmilha de montagem em couro, com espessura mínima de 4,5mm e fixada ao cabedal através de sistema montado. A palmilha de montagem deve cobrir toda extremidade na base da forma para proporcionar melhor simetria de montagem.

B.11. PALMILHA DE CONFORTO: Palmilha de conforto em EVA com dispositivos de absorção de impactos nas regiões calcânea e plantar. Revestida com tecido poliéster com tratamento antimicrobiano e antibactericida integral que inibe a proliferação de fungos e bactérias oriundos da condição gerada pela sudorese excessiva.

B.12. AVIAMENTOS: De altíssima qualidade, sendo que as costuras do reforço da gaspea, reforço frontal, parte dianteira e traseira do cano e forração, deverão ser feitas com linha 30, e as demais com linha 40, ambas 100% poliamida. As costuras deverão ser reforçadas internamente com fita de náilon.

B.13. REFLETIVOS DE SEGURANÇA: Fixado na parte anterior mediana da taloneira, dispositivo de segurança e sinalização com formato de meia hipérbole, composto em material com base laminada em PVC, formado por microesferas de vidro, distribuídas de forma constante com alto poder de refletância e elevada estabilidade a ação de raios UV. Fixados a uma base de PE por solda eletrônica. Continuará refletindo mesmo em condições climáticas adversas, tais como chuva, neblina e serração apresentando valores fotométricos mínimos equivalentes a 500 candelas/lux.m²; e os outros refletivos em formato delta, fixado nos dois portas objetos da bota por sistema de costura.

B.14. SOLADO de borracha multifuncional, cuja a camada de borracha composta de acrilonitrilica - butadieno vulcanizado a base de enxofre com alto grip, resistente a óleo combustível com aumento de volume de no máximo 6%, altas temperaturas e água. Na camada de borracha em contato com o solo, deverá possuir zona de flexão demarcada por sulcos, zona de escoamento de água para evitar aquaplanagem, ponto de giro na região de flexão, desenhos com formatos misto de aderência, áreas de tração e freio, região do salto com fechamento total, devendo ser comprovado através do relatório de ensaio. O solado será fixado ao cabedal pelo sistema misto: colado e blaqueado. Devera possuir a marca do fabricante do calçado, numeração na região do enfranche de forma destacada e visível.

B.15. ZIPER LATERAL INTERNO: na lateral interna dos canos, haverá um sistema de fechamento rápido via zíper impermeável, que deverá ter o comprimento proporcional ao tamanho do calçado, recoberta por lapela externa em couro que cubra toda a extensão do mesmo, com fechamento através de gancho e argola.

B.16. ALTURA EXTERNA: A Bota cano Longo Operacional, deverá ter 359mm de altura para o Nº 38- 380mm para o Nº 40 – 396mm para o Nº 44.

B.17. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA): expedido pelo Ministério do Trabalho e nome do fabricante gravado de forma indelével, atendendo as seguintes simbologias: OB E WRU HRO FO

SRA.

O CA deverá estar vigente, ou seja, dentro da conformidade e da validade expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego através de laboratórios credenciados pelo INMETRO.

C. AMOSTRA

Apresentar amostra do produto pronto para avaliação.

Deverão ser disponibilizados amostras em tamanhos a ser solicitado pelo responsável da licitação.

O teste de verificação, qualidade e conforto da bota ficara responsável pelo setor de almoxarifado e colaboradores da assistência. A colaboração entre o almoxarifado e a assistência é importante para garantir uma avaliação abrangente e completa da bota.

D. Endereço site Manual Identidade Visual SAMU 192:

<https://cisurg.oeste.mg.gov.br/identidade-visual/>



2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 – A presente contratação tem por objeto a aquisição de bota para os colaboradores da assistência, garantindo a proteção e o bem-estar dos nossos colaboradores, proporcionando-lhes um equipamento de proteção individual (EPI) adequado para o desempenho das suas funções. Além disso investir na qualidade e adequação desse item reflete o compromisso da instituição com proteção e bem-estar de seus colaboradores, além de assegurar atendimento de alto qualidade à população.

Desta forma visando o objetivo de:

- Proteger os pés dos colaboradores, que podem estar expostos a riscos como impactos, cortes ou quedas de objetos.
- As botas, como EPI, garantem que os colaboradores possam trabalhar de forma mais segura, reduzindo o risco de acidentes e lesões.
- Ao fornecer um EPI adequado, o CIS-URG OESTE demonstra preocupação com a segurança e o bem-estar dos colaboradores, contribuindo para um ambiente de trabalho mais positivo.

3. DO SETOR REQUISITANTE

Almoxarifado do CIS-URG OESTE.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

4.1 – A necessidade decorre considerando rotatividade de funcionários, trocas por desgastes de uso, feristas e horistas para um período de 12 meses. E a aquisição será realizada parcialmente conforme a necessidade do CIS-URG OESTE durante o período de 12 meses.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Contratação de empresa para a entrega das Botas, devidamente embalados de forma individual de acordo com os pares, com as especificações do fabricante;

6.2. As botas deverão estar nas embalagens lacradas, contendo as informações referentes ao produto como: nome do fabricante, CNPJ da empresa fabricante e numeração;

6.3. A CONTRATADA deverá entregar os bens, dentro do prazo, utilizando-se de recursos adequados e de empregados em número suficiente para a descarga das mercadorias, sendo de sua inteira responsabilidade, as despesas e custos com transporte e entrega dos bens.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

7.1. O levantamento de mercado revelou-se favorável para a realização do pregão, com opções que garantem qualidade e economia de recursos. Buscando transparência, eficiência e melhores condições para nossa instituição.

8. ESTIMATIVA DO PREÇO DOS VALORES A SEREM REPASSADOS

8.1. Conforme relatado no item anterior, no que diz ao fornecimento dos produtos, tem-se como preço de referência total global: R\$ 300.034,00 (trezentos mil e trinta e quatro reais).

9. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

9.1 - O prazo máximo de entrega do OBJETO deste TERMO DE REFERÊNCIA é de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento da autorização de fornecimento pela CONTRATADA.

13. DA ENTREGA DOS PRODUTOS

13.1 - Os itens deverão ser entregues no almoxarifado do CIS-URG OESTE localizado nesta cidade na Rua Bom Sucesso, nº 1740, Bairro Ponte Funda, CEP- 35500-457, Divinópolis/MG, conforme agendamento prévio por meio dos telefones 37 98851-8956/37 3690-3200 ou pelo correio eletrônico, patrimonio@cisurg.oeste.mg.gov.br. No conteúdo do e-mail deverá ser informado: o número da autorização de fornecimento a qual se refere o produto a ser entregue, a descrição e a quantidade.

13.2 - A entrega dos bens deverá ocorrer de segunda à sexta-feira, exceto feriados ou pontos facultativos, pela manhã, no horário das 8:00 às 11:30, ou pelo turno da tarde, no horário das 13:30 às 15:30;

13.3 - Qualquer excepcionalidade ou condição especial do item ou da entrega deverá ser informada ao almoxarifado no ato do agendamento para possibilitar a análise e autorização prévia.

13.4 - A entrega sem prévio agendamento não será autorizada.

13.5 - No ato da entrega, deverá ser apresentada a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), nos moldes da legislação vigente, devendo, ainda, constar obrigatoriamente as seguintes informações: o número da autorização de fornecimento e empenho a qual a entrega se refere (anexar uma cópia), a descrição do material, quantidade e preço correspondente ao pedido.

14. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

14.1 - Os bens serão recebidos pela CONTRATANTE:

14.1.1 - Provisoriamente - para efeito de posterior verificação do produto com a especificação e exigências descritas neste Termo de Referência;

14.1.2 - Definitivamente - após a verificação da qualidade e quantidade do produto, observadas as especificações constantes neste TERMO DE REFERÊNCIA e na proposta da CONTRATADA.

14.1.2.1 - O recebimento definitivo não isenta o fornecedor da responsabilidade de substituir o produto, quando o vício de fabricação for oculto ou quando apresentar adulteração de qualidade

dentro do prazo de validade.

14.2. A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens que estiverem em desacordo com as especificações exigidas neste TERMO DE REFERÊNCIA, devendo os produtos rejeitados serem substituídos pela CONTRATADA, as suas expensas, no prazo máximo de 48 horas, a contar da data do recebimento da notificação emitida pela CONTRATANTE.

14.3 - Os produtos com especificação divergente das informações contidas na autorização de fornecimento, tais como: fabricante, marca, modelo, tipo, procedência etc., não serão recebidos pela CONTRATANTE.

15. DAS OBRIGAÇÕES

15.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1.1. Efetuar a entrega do objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA em perfeitas condições, no prazo e no local indicado pela CONTRATANTE, em estrita observância das especificações do Edital e da Proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia e cópia da autorização de fornecimento;

15.1.2. Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas em relação a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que solicitado, os comprovantes de regularidade fiscal;

15.1.3. Obedecer, rigorosamente, as condições deste TERMO DE REFERÊNCIA, devendo qualquer alteração ser autorizada previamente por escrito pela CONTRATANTE;

15.1.4. Entregar os materiais constantes deste Termo de Referência respeitando, sempre, as normas da ABNT, bem como as portarias do INMETRO, em vigor, no que couber;

15.1.5. Regularizar, sem quaisquer ônus e quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de ser declarada inidônea e de sofrer penalidades, as possíveis irregularidades observadas no decorrer da entrega;

15.1.6. Observar, no que couber, o Código Civil Brasileiro, o Código de Defesa do Consumidor, as Normas Técnicas assim como leis e regulamentos pertinentes;

15.1.7. Atender os prazos e as notificações emitidas pela CONTRATANTE;

15.1.8. Dar o ciente na Autorização de Fornecimento, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) após ser notificada.

15.1.9. Substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), a contar da data de recebimento da notificação emitida pela CONTRATANTE, os itens que apresentarem defeito de fabricação ou adulteração de qualidade dentro do prazo de validade.

15.2. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.2.1. Efetuar os PAGAMENTOS nas condições e preços indicados no termo de contrato ou instrumento equivalente, desde que não haja qualquer óbice legal nem impeditivo provocado pela CONTRATADA;

15.2.2. Prestar à CONTRATADA, quando necessário, esclarecimentos relativos ao cumprimento do OBJETO deste Termo de Referência;

15.2.3. Devolver os produtos que estiverem em desacordo com este Termo de Referência;

15.2.4. Designar formalmente, após a assinatura do contrato, gestor ou fiscal, ou ainda comissão de fiscalização para exercerem acompanhamento e fiscalização da execução contratual;

15.2.5. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do presente Termo de Referência, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, dos serviços prestados.

16. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

16.1. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução do

fornecimento dos itens, a CONTRATANTE reserva-se no direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento do objeto.

16.2. O acompanhamento e fiscalização da execução do objeto será realizado pela Supervisora de Almoxarifado, o qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovado o fiel e correto fornecimento dos produtos para fins de pagamento;

16.3. A CONTRATANTE comunicará à empresa contratada, formalmente, as deficiências porventura constatadas nos produtos entregues, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis;

16.4. A presença da fiscalização do CIS-URG OESTE não elide, nem diminui a responsabilidade da empresa.

16.1. Assegurar que execução do objeto seja realizada conforme descrito no TERMO DE REFERÊNCIA, verificando permanentemente a qualidade do bem fornecido e se são cumpridas as obrigações relativas ao seu fornecimento;

16.2. Verificar se a pessoa jurídica contratada está executando pessoalmente as obrigações, sem transferir responsabilidades, ou formalizar subcontratação não autorizada pela Administração;

16.3. Estabelecer forma de controle e avaliação da execução do objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA;

16.4. Sugerir a glosa de pagamentos em razão de serviços mal ou não executados;

16.5. Sugerir aplicação de penalidades à CONTRATADA em decorrência do descumprimento das cláusulas;

16.6. Indicar os servidores que o auxiliarão na fiscalização do contrato, definindo os responsáveis pelo ateste dos bens fornecidos;

16.7. Solicitar a seus superiores, em tempo hábil, adoção de medidas convenientes que ultrapassem a sua competência;

16.8. Zelar pelo fiel cumprimento da execução do objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA.

17. DO PAGAMENTO

17.1 Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias contados da data de apresentação dos seguintes documentos: Autorização de Fornecimento, Nota Fiscal, Boletão (se pertinente), Recibos, Certidões Negativas atualizadas (FGTS, INSS, Prefeitura Municipal da sede da CONTRATADA, Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Tributos Federais – Receita Federal).

17.2 - Os pagamentos deverão ser atestados pelo fiscal do contrato.

17.3 – O valor contratual será reajustado pelo INPC, caso ultrapasse o lapso temporal de 12 meses da data do orçamento prévio.

18. PREÇO DE REFERÊNCIA:

18.1 - O custo estimado total da presente aquisição será apurado pelo Setor de Compras do CIS-URG, a partir de mapa de preços constante no processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas, em pesquisas de mercado e/ou mediante consulta aos Sistemas de Preços Praticados competentes, e será apensado ao Processo.

19 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

19.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:
0201.1030200012.003-33903000000-16590020000 - Material de Consumo.

20. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

20.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento de "MENOR PREÇO GLOBAL".

21. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

21.1 Conforme o Edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Conforme o Edital.

23. VIGÊNCIA DO CONTRATO

23.1. O contrato decorrente deste edital possuirá prazo e regras conforme especificado na minuta contratual.

23.2. Se a empresa vencedora deixar de entregar o produto/serviço dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou regularização do produto rejeitado e o tempo despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

23.3. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

Divinópolis, 16 de Maio de 2025

GRACIELLE ELISA
MARTINS:045050
09696

Assinado de forma digital
por GRACIELLE ELISA
MARTINS:04505009696
Dados: 2025.05.30
11:49:59 -03'00'

Gracielle Elisa Martins
Pregoeira

gov.br

Documento assinado digitalmente

LEONARDO ITALO SILVA NUNES
Data: 19/05/2025 08:26:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Leonardo Italo Silva Nunes
Agente de Contratação

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 344/2025
Anexo II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Apresentamos nossa proposta para contratação do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Presencial acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

OBJETO: “AQUISIÇÃO DE BOTA SAMU, UNIFORME/EPI ASSISTÊNCIA SAMU, INDISPENSÁVEL PARA GARANTIR A SEGURANÇA, CONFORTO E QUALIDADE NO SERVIÇO DE USO OBRIGATÓRIO DOS FUNCIONÁRIOS”, conforme especificações anexadas no Edital.

Razão Social:	
CNPJ:	I.E.:
Endereço Completo:	
Telefone para contato:	
Email para contato e envio de documentos:	
Telefone para contato:	
Email para contato e envio da Autorização de Fornecimento (AF):	
Representante Legal Contrato:	CPF (do Representante Legal):
Dados Bancários (Banco/Agência/Conta Corrente):	

Lote	Item	Código Cis-Urg	Descrição dos Itens	Par	Qtde	Unitário Médio R\$	Total R\$
1	1	1840	BOTA SAMU nº 34	Par	10		
1	2	1841	BOTA SAMU nº 35	Par	30		
1	3	1842	BOTA SAMU nº 36	Par	45		
1	4	1843	BOTA SAMU nº 37	Par	80		
1	5	1844	BOTA SAMU nº 38	Par	80		
1	6	1845	BOTA SAMU nº 39	Par	80		
1	7	1846	BOTA SAMU nº 40	Par	90		
1	8	1847	BOTA SAMU nº 41	Par	100		
1	9	1848	BOTA SAMU nº 42	Par	100		
1	10	1849	BOTA SAMU nº 43	Par	90		
1	11	1850	BOTA SAMU nº 44	Par	10		
1	12	1851	BOTA SAMU nº 45	Par	10		
1	13	1852	BOTA SAMU nº 46	Par	04		
1	14	1853	BOTA SAMU nº 47	Par	04		

1	15	9665	BOTA SAMU nº 48	Par	02		
1	16	9666	BOTA SAMU nº 49	Par	02		
1	17	9667	BOTA SAMU nº 50	Par	02		
TOTAL				UND	739		

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PREÇO EM REAIS.

PROPOSTA: VALOR POR

ITEM/LOTE

1– A entrega será feita em conformidade com as exigências constantes no TERMO DE REFERÊNCIA;

2 – O fornecimento dos itens será efetuado de acordo com a necessidade do CIS-URG OESTE de acordo com Termo de Referência.

3 – Esta proposta terá validade por 60 (sessenta) dias contados da data de abertura do certame.

4 – Os preços ofertados estão expressos em moeda corrente nacional e neles incluem-se todos os tributos incidentes sobre bens fornecidos.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Assinatura e identificação do Representante Legal

Obs: Este documento deverá ser emitido em papel timbrado que identifique a licitante.

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 344/2025
Anexo III

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº _____

PARTES

CONTRATANTE:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO AMPLIADA OESTE PARA GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - CIS-URG OESTE, com sede na Praça Pedro Xisto Gontijo, nº 550, Bairro Centro, Estado de Minas Gerais, CEP 35.500-049, inscrita no CNPJ/MF No. 20.059.618/0001-34, neste ato representada pelo seu Secretário Executivo, nomeado pela Portaria nº 01/2014 do CIS-URG OESTE em 1º de abril de 2014, reconduzido conforme Ata da Reunião da Assembleia do CIS-URG OESTE de 21/12/2022, Senhor **José Márcio Zanardi**, portador do CPF nº 964.436.XXX-XX, doravante denominada **CONTRATANTE**.

CONTRATADA:

XXXXXXXXXX, com sede na [endereço], nº NNN – Bairro XXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXXXXXX/XX, CEP XXXXX – XXX, inscrita no CNPJ/MF Nº XXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo Senhor **XXXXXXXXXXXX**, portador do CPF nº XXXXXXXXXXXX, e-mail institucional XXX@XXX.XXX, doravante denominada **CONTRATADA**.

Pelo presente contrato entre as partes acima qualificadas, é firmada e ajustada, a aquisição dos itens enunciados no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025, modo de disputa: **ABERTO**, participação: todas as empresas, Critério de julgamento: **MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE**, com autorização constante do Processo Licitatório nº344/2025, mediante o disposto na Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO

1.1. Fazem parte integrante do presente contrato, independente de transcrição, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025, seus anexos, a proposta da **CONTRATADA** datada em DD

de MMMM de 2025, e todos os demais documentos referentes ao objeto contratual, que não contrariem o disposto neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui o objeto **“AQUISIÇÃO DE BOTA SAMU, UNIFORME/EPI ASSISTÊNCIA SAMU, INDISPENSÁVEL PARA GARANTIR A SEGURANÇA, CONFORTO E QUALIDADE NO SERVIÇO DE USO OBRIGATÓRIO DOS FUNCIONÁRIOS”**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme especificações constantes no Anexo I do edital e no Pregão Eletrônico nº 002/2025.

2.2. A entrega do objeto deve ocorrer em estrita conformidade com o Edital, seus Anexo e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

PARÁGRAFO ÚNICO: Toda e qualquer alteração na entrega ora adquiridos somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização por escrito do Setor de Compras do CIS-URG OESTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto ocorrerá conforme o valor unitário abaixo discriminado, com validade pelo prazo de um ano, definido para o(s) iten(s) para a contratada, conforme abaixo.

Lote	Item	Código Cis-Urg	Descrição dos Itens	Par	Qtde	Unitário Médio R\$	Total R\$
1	1	1840	BOTA SAMU nº 34	Par	10		
1	2	1841	BOTA SAMU nº 35	Par	30		
1	3	1842	BOTA SAMU nº 36	Par	45		
1	4	1843	BOTA SAMU nº 37	Par	80		
1	5	1844	BOTA SAMU nº 38	Par	80		
1	6	1845	BOTA SAMU nº 39	Par	80		
1	7	1846	BOTA SAMU nº 40	Par	90		
1	8	1847	BOTA SAMU nº 41	Par	100		
1	9	1848	BOTA SAMU nº 42	Par	100		
1	10	1849	BOTA SAMU nº 43	Par	90		
1	11	1850	BOTA SAMU nº 44	Par	10		
1	12	1851	BOTA SAMU nº 45	Par	10		
1	13	1852	BOTA SAMU nº 46	Par	04		
1	14	1853	BOTA SAMU nº 47	Par	04		
1	15	9665	BOTA SAMU nº 48	Par	02		
1	16	9666	BOTA SAMU nº 49	Par	02		
1	17	9667	BOTA SAMU nº 50	Par	02		
TOTAL				UND	739		

3.2 No preço contratado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos necessários ao cumprimento do presente instrumento correrão por conta do recurso indicado abaixo:

0201.1030200012.003-33903000000-16590020000 - Material de Consumo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

5.1. Os produtos serão entregues conforme as autorizações de fornecimentos que serão emitidas.

CLAUSULA SEXTA – DAS ESPECIFICAÇÕES

6.1. Entregar os materiais devidamente embalados e acondicionados, de acordo com as especificações do fabricante quanto à forma de manuseio e armazenagem do produto, garantindo a máxima integridade dos bens durante armazenamento, transporte e entrega;

6.2. Os produtos deverão estar nas embalagens lacradas, originais do fabricante, contendo as informações referentes ao produto como: nome do fabricante, CNPJ da empresa fabricante ou distribuidora, procedência, número do lote, especificações técnicas e data de validade com prazo não inferior 75% da data de seu vencimento;

6.3. A CONTRATADA deverá entregar os bens, dentro do prazo, utilizando-se de recursos adequados e de empregados em número suficiente para a descarga das mercadorias, sendo de sua inteira responsabilidade, as despesas e custos com transporte e entrega dos bens.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1. O prazo máximo de entrega do OBJETO deste TERMO DE REFERÊNCIA é de 30 (quinze) dias úteis, contados da data de recebimento da autorização de fornecimento pela CONTRATADA.

CLAUSULA OITAVA - CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

8.1 Os itens deverão ser entregues no almoxarifado do CIS-URG OESTE localizado nesta cidade na Rua Bom Sucesso, nº 1740, Bairro Ponte Funda, CEP- 35500-457, Divinópolis/MG, conforme agendamento prévio por meio dos telefones 37 98851-8956/37 3690-3200 ou pelo correio eletrônico, patrimonio@cisurg.oeste.mg.gov.br. No conteúdo do e-mail deverá ser informado: o número da autorização de fornecimento a qual se refere o produto a ser entregue, a descrição e a quantidade.

8.2 - A entrega dos bens deverá ocorrer de segunda à sexta-feira, exceto feriados ou pontos facultativos, pela manhã, no horário das 8:00 às 11:30, ou pelo turno da tarde, no horário das 14:00 às 16:30;

8.3 - Qualquer excepcionalidade ou condição especial do item ou da entrega deverá ser informada ao setor de almoxarifado para possibilitar a análise e autorização prévia. A entrega sem prévio agendamento não será autorizada.

8.4 - Os bens serão recebidos pela CONTRATANTE:

8.4.1 - Provisoriamente - para efeito de posterior verificação do produto com a especificação e exigências descritas neste Termo de Referência;

8.4.2 - Definitivamente - após a verificação da qualidade e quantidade do produto, observadas as especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA e na proposta da CONTRATADA.

8.5 - O recebimento definitivo não isenta o fornecedor da responsabilidade de substituir o produto, quando o vício de fabricação for oculto ou quando apresentar adulteração de qualidade dentro do prazo de validade.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O contrato decorrente deste edital possuirá prazo de 1 (um ano) podendo ser prorrogado conforme a Lei 14.133/20021.

7.2. Se a empresa vencedora deixar de entregar o produto/serviço dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou regularização do produto rejeitado e o tempo despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES

10.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1.1. Efetuar a entrega do objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA em perfeitas condições, no prazo e no local indicado pela CONTRATANTE, em estrita observância das especificações do Edital e da Proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia e cópia da autorização de fornecimento;

10.1.2. Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas em relação a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que solicitado, os comprovantes de regularidade fiscal;

10.1.3. Obedecer, rigorosamente, as condições deste TERMO DE REFERÊNCIA, devendo qualquer alteração ser autorizada previamente por escrito pela CONTRATANTE;

10.1.4. Entregar os materiais constantes deste Termo de Referência respeitando, sempre, as normas da ABNT, bem como as portarias do INMETRO, da ANVISA em vigor, no que couber;

10.1.5. Regularizar, sem quaisquer ônus e quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de ser declarada inidônea e de sofrer penalidades, as possíveis irregularidades observadas no decorrer da entrega;

10.1.6. Observar, no que couber, o Código Civil Brasileiro, o Código de Defesa do Consumidor, as Normas Técnicas assim como leis e regulamentos pertinentes;

10.1.7. Atender os prazos e as notificações emitidas pela CONTRATANTE;

10.1.8. Dar o ciente na Autorização de Fornecimento, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) após ser notificada.

10.1.9. Substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), a contar da data de recebimento da notificação emitida pela CONTRATANTE, os itens que apresentarem defeito de fabricação ou adulteração de qualidade dentro do prazo de validade.

10.2. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.2.1. Efetuar os PAGAMENTOS nas condições e preços indicados no termo de contrato ou instrumento equivalente, desde que não haja qualquer óbice legal nem impeditivo provocado pela CONTRATADA;

10.2.2. Prestar à CONTRATADA, quando necessário, esclarecimentos relativos ao cumprimento do OBJETO deste Termo de Referência;

10.2.3. Devolver os produtos que estiverem em desacordo com este Termo de Referência;

10.2.4. Designar formalmente, após a assinatura do contrato, gestor ou fiscal, ou ainda comissão de fiscalização para exercerem acompanhamento e fiscalização da execução contratual;

10.2.5. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do presente Termo de Referência, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, dos serviços prestados. **CLÁUSULA**

DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

11.1. A Fiscalização e Gestão do contrato e do cumprimento do objeto contratado são de competência de empregado público efetivo designado neste instrumento pela Autoridade Competente, nos termos do artigo 117 da Lei n.º 14.133/2021, o qual será o responsável por receber, conferir e atestar nota fiscal/documento de cobrança e assinar e liquidar as despesas oriundas deste processo;

11.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material/serviços inadequados ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei n.º 14.133/2021;

11.3. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.3.1 A fiscalização do contrato será de responsabilidade do responsável pelo setor de almoxarifado do CIS- URG OESTE.

11.3.2. Compete ao Fiscal do contrato:

11.3.2.1. Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da **CONTRATADA**, o titular da fiscalização deverá, de imediato, comunicar por escrito ao Setor Jurídico, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no Edital, no Termo de Referência e no contrato, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão;

11.3.2.2. Receber, conferir e atestar as notas fiscais e notas de empenho devidamente assinadas e liquidadas, encaminhando-as, juntamente com as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, em vigor, à unidade competente para posterior pagamento;

11.3.2.3. Confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato;

11.3.2.4. Fiscalizar o cumprimento das metas previamente estabelecidas neste Termo de Referência, devendo comunicar formalmente à empresa o descumprimento das mesmas;

11.3.2.5. Encaminhar ao Setor competente, cópias dos documentos escritos que comprovem as comunicações/solicitações de providências, para arquivamento aos autos do processo correspondente;

11.3.2.6. Comunicar à Administração o descumprimento dos prazos, demandas e metas previamente estabelecidos, para efeito de glosa e aplicação de penalidade, se for o caso;

11.3.2.7. Verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos/materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada do objeto, ordenando à CONTRATADA corrigir, refazer ou reconstruir as partes relativas ao fornecimento de bens ou prestação de serviço, objeto deste processo, executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

11.4. DO GESTOR DO CONTRATO

11.4.1.1. A gestão do contrato será de responsabilidade do empregado público a ser designado pela autoridade competente do CIS-URG OESTE.

11.4.1.2. Compete ao Gestor do Contrato:

11.4.1.2.1. Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e solicitar à autoridade superior imediata, sempre que necessário, as medidas necessárias a não solução de continuidade do fornecimento dos bens ou da prestação do serviço;

11.4.1.2.2. Anotar em livro de ocorrências ou em meio eletrônico que o substitua, todas as

ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

11.4.1.2.3. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, observando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

11.4.1.2.4. Comunicar ao Departamento Jurídico, formalmente, e em tempo hábil, irregularidades cometidas pela CONTRATADA e passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a terceirizada;

11.4.1.2.5. Informar à unidade de programação orçamentária e financeira, sempre que as obrigações financeiras não forem liquidadas dentro do prazo estipulado neste Termo de Referência, a fim de que aquela unidade possa planejar a obtenção de reforço, cancelamento e/ou inscrição de saldos de empenho à conta de restos a pagar, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da Licitante CONTRATADA, por ordem bancária, em até 15 (quinze) dias, contados do recebimento da nota fiscal/fatura, quando mantidas as condições iniciais de habilitação, cumpridos os seguintes requisitos:

Apresentação de nota fiscal/fatura acompanhada da **HABILITAÇÃO FISCAL**

12.1.1 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

12.1.2 – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede do licitante;

12.1.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante;

12.1.4 – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

12.1.5 – Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da certidão negativa, ou positiva com efeito negativo, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho;

12.1.6 - Na Nota Fiscal/Fatura deverá informar o Número do Empenho a ser fornecido pelo Setor de Compras do CIS-URG OESTE.

12.1.7 - A Nota Fiscal/Fatura eletrônica, junto com boleto, dever ser enviada para o email: compras@cisurg.oeste.mg.gov.br e rh@cisurg.oeste.mg.gov.br.

12.2. DADOS PARA FATURAMENTO:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO AMPLIADA OESTE PARA
GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – CIS-URG OESTE

CNPJ: 20.059.618/0002-34

INSCR. ESTADUAL: ISENTO

PRAÇA PEDRO XISTO GONTIJO, Nº. 550, CENTRO - CEP 35.500-049 - DIVINÓPOLIS/ MG

12.3. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante do Serviço de Saneamento Ambiental Municipal e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CIS-URG OESTE;

12.4. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a

atualização monetária;

12.5. A não realização do pagamento no prazo estipulado, implicará ao CIS-URG OESTE o pagamento de encargos, calculados com base INPC, pro rata die, entre a data do efetivo pagamento e a data em que era devido, sobre o valor do débito;

12.6. OS PAGAMENTOS AOS FORNECEDORES SERÃO FEITOS DAS SEGUINTE FORMAS:

12.6.1. Através de Boleto Bancário ou TEV – Transferência Eletrônica de Valores entre contas de um mesmo banco mesmo que as agências sejam diferentes. No caso concreto, para que o CIS-URG OESTE possa realizar a TEV é necessário que a CONTRATADA tenha conta no Banco do Brasil; Caso a CONTRATADA opte por esta forma de pagamento, as despesas com tarifas bancárias serão de sua inteira responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AMPLIAÇÃO E DA REDUÇÃO

13.1. É permitido acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1. - O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21 e suas sucessivas alterações posteriores, sem direito a qualquer indenização.

14.2 - Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à contratada, esta entregará a documentação correspondente aos serviços executados que, se aceitos pela Fiscalização, serão pagos pelo CONTRATANTE, deduzidos os débitos existentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

- a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o CIS-URG OESTE, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial intermediário ou de substituição/reposição.
- b) Multa de até 10% do total do contrato/autorização de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial intermediário ou de substituição/reposição.
- c) Multa de até 10% do total do contrato/autorização de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.
- d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/autorização de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- e) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/autorização de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- f) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21; 14.2.

15.2. As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21,

em especial aos artigos 155 a 163.

15.3. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15.4. EXTENSÕES DAS PENALIDADES

15.4.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o **CONTRATANTE** poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

15.4.1.1. Retardarem a execução e finalização do pregão;

15.4.1.2. Demonstrar em não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

15.4.1.3. Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESSÃO

16.1 - A Contratada não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autorização expressa da Contratante, exceto nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

17.1 O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas regidas pela Lei nº 14.133/21 e Portarias relativas ao assunto do CIS-URG OESTE, ainda, aplicando-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

17.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

18.1 - O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/21, Portaria 103/2023 do CIS-URG OESTE, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2025, Processo Licitatório nº 344/2025.

18.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº. 14.133/21, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios decorrentes do presente termo é o do Município de Divinópolis – MG, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Divinópolis/MG, DD de MMM de 202X

CONTRATANTE
CIS-URG OESTE

CONTRATADA
EMPRESA

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

Página 38 de 38